



# CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

## REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE CPI nº 01 de 2021.

(Vereadores MARTIM MARQUES BONFIM, ANDREA SORAIA BLASKIEVICZ e JONEE PESCH)

### **COLENDO PLENÁRIO DESTA RESPEITOSA CASA DE LEIS,**

Os Vereadores que a esta subscrevem, considerando o disposto no § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, bem como nos termos do artigo 29 da Lei Orgânica Municipal e dos artigos 86 e seguintes do Regimento Interno desta Câmara Municipal, vêm, respeitosamente, REQUERER a criação de **Comissão Parlamentar de Inquérito**, com a finalidade de investigar as diversas irregularidades e atos ilegais ocorridos junto ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo, especialmente no período compreendido entre 2017 e 2020.

Considerando os expedientes recebidos e oriundos do Poder Executivo Municipal durante os primeiros meses deste ano, há fortes indícios de que no período citado diversos servidores foram beneficiados com pagamentos irregulares/ilegais através de um esquema engendrado e articulado que, possivelmente, envolveu várias pessoas.

Os pagamentos ocorriam sob as mais variadas rubricas, dentre as quais destacam-se: cumulação de funções gratificadas/gratificações para um mesmo servidor; cumulação de funções gratificadas/gratificações com horas extras; pagamentos de funções gratificadas/gratificações e/ou horas extras a ocupantes de cargo em comissão; criação de eventos fantasiosos para justificar pagamentos indevidos, dentre outros.

Registre-se ainda, que uma investigação apurada e substancial, através de uma CPI, trará à tona outras práticas ilegais lá materializadas, as quais, certamente ensejarão a responsabilização administrativa, civil e criminal dos envolvidos.

### **JUSTIFICATIVA**

De pronto, informamos que a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, busca investigar fatos de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal e social do Município de Paulo Frontin.

Vislumbra-se também, os poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais, tais como determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer a audiência de servidores e Secretários Municipais, tomar depoimentos de autoridades, bem como requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais.

Além disso, buscaremos poder deslocar-nos a qualquer ponto do território para a realização de investigações e audiências públicas e estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN**

Ante a uma conjuntura irregular, ilegal, desonrosa, desmedida e inadmissível, vimos ao Plenário desta Colenda Casa de Leis apresentar requerimento para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar as diversas irregularidades e atos ilegais ocorridos junto ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo, especialmente no período compreendido entre 2017 e 2020, envolvendo pagamentos irregulares/ilegais a diversos servidores e ex-servidores do Município.

Desta forma, levando-se em apreço os documentos já recebidos do Poder Executivo Municipal, este Parlamento, a Casa do Povo Frontinense, onde os representantes dos municípios bradam sobre os anseios da sociedade, repugnando estas inescrupulosas ações, há de investigar todas as irregularidades e/ou ilegalidades perpetradas naquele setor.

Pelo breve exposto, solicitamos o apoio e a aprovação dos nobres pares a esta iniciativa, a criação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO supramencionada, respaldada pelos Vereadores signatários da proposta.

Sala das Sessões, 25 de Março de 2021.

**MARTIM MARQUES BONFIM**  
Vereador Proponente

**ANDREA SORAIA BLASKIEVICZ**  
Vereadora Proponente

**JONEE PESCH**  
Vereador Proponente